

Quinta-feira, 17 de Novembro de 2005

Ano XI - Edição N.: 2485

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Políticas Urbanas - COMUSA

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove de março de dois mil e cinco, realizou-se a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Av. Afonso Pena, 4.000 (quatro mil), 7º andar - Bairro Mangabeiras. Estavam presentes os conselheiros: Murilo de Campos Valadares e Maria Fernandes Caldas (SMURBE), Paulo Roberto Takahashi (SUDECAP), Flávia Mourão Parreira do Amaral (SMAMA), Sinara Inácio Meireles Chenna (SLU), Claudius Vinícius Leite Pereira (URBEL), Márcio Almeida Dutra (SMGO), Léo Heller (UFMG), Antônio Leite Alves Radicchi (Projeto Manuelzão), Rita de Cássia M. G. Senesi (Sindágua), Jorge Salum (SICEPOT), Ivanir José Vitor Maciel (Conselho da Cidade), Rômulo Thomaz Perilli (COPASA).

Verificado o quórum, a sessão plenária do Conselho foi aberta pelo Conselheiro Murilo de Campos Valadares, que passou a palavra para o Conselheiro Rômulo Thomaz Perilli, para apresentar o primeiro ponto da pauta, o Plano de Investimentos da COPASA em esgotamento sanitário, até 2007. Antes de iniciar a apresentação, o Conselheiro Rômulo reforçou a posição manifestada por ele mesmo na reunião anterior do COMUSA: analisando o Convênio da Prefeitura com a COPASA, ele verificou que realmente não há nenhuma cláusula que faça menção à necessidade de este Conselho opinar sobre as tarifas praticadas pela Empresa - a definição das tarifas é prerrogativa exclusiva do Governo do Estado. O Conselheiro também informou que na próxima semana serão encaminhados à PBH os Centros de Custos da COPASA e iniciou a apresentação prevista na pauta. Terminada a apresentação, que, conforme combinado, será encaminhada pelo GGSAN aos Conselheiros por email, a palavra foi aberta para o debate. O Conselheiro Léo Heller perguntou se houve uma superestimativa no projeto de implantação da ETE Arrudas já que a mesma foi planejada para tratar quatro mil e quinhentos litros de esgoto por segundo e só chegam a ela, hoje, mil e seiscentos litros. O Conselheiro Rômulo Thomaz Perilli admitiu que houve sim uma superestimativa e que esta pode ser atribuída a vários fatores, entre os quais, a adoção de projeções populacionais não condizentes, a adoção de *per capita*s tirados da bibliografia, sem levar em consideração o *per capita* medido, e vazões de infiltração excessivas. Isso só pôde ser corrigido no tratamento secundário, que foi construído para dois mil, duzentos e cinquenta litros por segundo. Já a ETE Onça, que tinha sido projetada para três mil e seiscentos litros por segundo, está sendo implantada com capacidade para apenas mil e oitocentos litros. O Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, fez, então uma pequena explanação sobre os três mapas que estavam expostos no auditório e que foram produzidos pelo GGSAN, a partir de dados da COPASA: o primeiro é o diagnóstico do sistema de esgotamento sanitário, com as manchas do não-atendimento por coleta e os pontos de lançamento da rede coletora de esgotos nos córregos, tendo, ao lado, uma tabela com a listagem de todos os empreendimentos previstos pela Copasa no período de 2005 a 2006, a descrição do empreendimento, o valor do investimento, a bacia à qual pertence e a referência em relação às prioridades do PMS - Plano Municipal de Saneamento; o segundo mapa é o da priorização das bacias no PMS apresentado com a mesma tabela do mapa anterior - que lista os empreendimentos da COPASA - e que demonstra que, num total previsto pela Copasa de investimentos da ordem de cinquenta e seis milhões de reais, cerca de vinte milhões estão destinados ao primeiro grupo de prioridades do PMS, mostrando uma convergência entre o planejamento feito pela Prefeitura e aquilo que a Copasa está pretendendo investir em esgotamento sanitário em Belo Horizonte. Este mapa também apresenta os empreendimentos de infraestrutura aprovados no Orçamento Participativo e as áreas previstas para atuação do DRENURBS. Finalmente, o terceiro mapa mostra as áreas já atendidas por coleta e interceptação de forma completa e que geram, portanto, uma vazão que já chega à ETE Arrudas ou chegará à ETE Onça; as áreas já atendidas por coleta e interceptação mas que, por um problema de descontinuidade na interceptação, ainda não chegam à ETE Arrudas e nem chegarão a ETE Onça; as áreas não atendidas por rede coletora de esgoto; e as áreas onde os investimentos em coleta estão todos feitos e resta fazer o investimento em interceptação - o GGSAN, inclusive, já iniciou uma discussão com a equipe da Copasa focado na região de Venda Nova para identificar as possibilidades de, sem maiores investimentos de urbanização, estender o atendimento por interceptação. Para Ricardo de Miranda Aroeira, este trabalho é a materialização da Gestão Compartilhada proposta pelo Convênio e evidencia o esforço para melhorar a qualidade do planejamento para a definição de prioridades, principalmente na área de esgotamento sanitário. O Conselheiro Murilo de Campos Valadares chamou atenção para o fato de que o Projeto Executivo de urbanização do Aglomerado da Serra já está sendo executado pelo grupo Camargo Correia/Santa Bárbara, consórcio vencedor da licitação, e que a participação da COPASA neste processo é imprescindível. O Conselheiro Rômulo Thomaz Perilli respondeu que já há técnicos da COPASA participando das reuniões do grupo. O Conselheiro Murilo Valadares perguntou ainda se há

possibilidade de interligar um interceptor da Bacia do Córrego da Ressaca de maneira a receber e conduzir o chorume do Aterro Sanitário da BR-040 até a ETE Arrudas, porque a Prefeitura faz este transporte, hoje, em caminhões-tanque a um custo muito alto e o Aterro terá sua vida útil aumentada para mais três ou quatro anos. O Conselheiro Rômulo Thomaz Perilli respondeu que, assim que a ETE Onça entrar em operação, a própria COPASA fará a interligação necessária para conduzir o chorume até ela; como a previsão é de que a referida estação comece a funcionar no início do ano que vem, não vale a pena, no momento, investir em outro tipo de solução. Se o início da operação da ETE for adiado, porém, COPASA e Prefeitura podem voltar a conversar. Segundo o Conselheiro, este adiamento não está descartado por causa de um impedimento no interceptor da Rodovia MG-20, sobre o qual foram construídas centenas de moradias - se essas moradias não forem retiradas, o interceptor, que conduz toda a vazão para a ETE Onça, fica impedido de funcionar. O Sr João Geraldo de Almeida, representante das Comissões de Fiscalização do Orçamento Participativo, solicitou do Conselheiro Murilo Valadares e do Conselheiro Rômulo Perilli informações concretas sobre o tratamento de fundo de vale do Córrego do Navio, cuja poluição, segundo ele, é causa de muitas doenças na população ribeirinha. O Conselheiro Murilo Valadares respondeu que a Prefeitura garante que vai fazer a parte aprovada no Orçamento Participativo, mas o restante da obra é questão a ser discutida já que não há recurso assegurado. O Conselheiro Rômulo Thomaz Perilli parabenizou o Sr João Geraldo por ter trazido o assunto ao COMUSA e disse que a COPASA vai estudar o problema do Córrego do Navio e tentar uma solução que exija menos obras mas que resolva, pelo menos em parte, o problema daquela população. O Conselheiro ainda ressaltou que a COPASA considera imprescindíveis o DRENURBS e os Planos Globais Específicos, iniciativas pioneiras da PBH que a empresa está tentando que sejam assimiladas em todo o Estado. Encerrado este assunto, o Conselheiro Léo Heller perguntou se já havia alguma discussão pautada para a próxima reunião do COMUSA, ao que o Secretário Executivo do Conselho, Ricardo Aroeira, que neste momento presidia a reunião, respondeu que havia a sugestão de uma avaliação do desempenho do Convênio, as realizações conseguidas até a presente data e os avanços daquilo que foi colocado no papel, cláusula por cláusula. O Conselheiro Léo Heller achou o tema oportuno, mas sugeriu que também se agende uma discussão sobre a vigilância da qualidade da água distribuída em Belo Horizonte, atribuição da Secretaria Municipal de Saúde. Concordando com a sugestão, Ricardo de Miranda Aroeira encerrou a reunião.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.